

Instituto de Higiene e Medicina Tropical
Universidade Nova de Lisboa

Relatório de Gestão

14 de abril de 2014

Índice

1. Introdução	2
2. Análise de execução orçamental, financeira e patrimonial	4
2.1. Análise de execução orçamental.....	4
2.1.1. Execução da receita e despesa global.....	4
2.1.2. Execução da receita e despesa: Orçamento de Estado.....	5
2.1.3. Execução da receita e despesa: receitas próprias.....	8
2.2. Análise da situação financeira e patrimonial	15
2.2.1. Balanço.....	15
2.2.2. Demonstração de resultados por natureza.....	16
3. Perspetivas	18

1. Introdução

O Instituto de Higiene e Medicina Tropical (IHMT) é uma unidade orgânica da Universidade Nova de Lisboa (UNL), cuja missão é dirigida às áreas das Ciências Biomédicas, Medicina Tropical e Saúde Internacional, visando o ensino, a investigação, a prestação de serviços à comunidade (clínicos, laboratoriais e de saúde pública), a contribuição para a resolução de problemáticas de vital importância para a saúde global em geral, e das regiões tropicais em particular, a cooperação e a divulgação do conhecimento científico.

O Conselho de Gestão é o órgão que garante a gestão administrativa, patrimonial, financeira e dos recursos humanos do IHMT. É presidido pelo Diretor do IHMT e tem a seguinte composição:

- Professor Doutor Paulo Ferrinho, Diretor;
- Professora Doutora Zulmira Hartz, Subdiretora;
- Professor Doutor Henrique Silveira, Subdiretor;
- Dr^a Isabel Antunes, Administradora.

Durante o ano de 2013 este Conselho empenhou-se na concretização dos desafios com que se tinha comprometido no seu plano de ação para 2013, nomeadamente em:

- ✓ Melhorar a atividade pedagógica e direcionar a oferta pedagógica para mercados específicos;
- ✓ Reforçar e divulgar o enfoque da investigação nas áreas de excelência do IHMT;
- ✓ Manter a cooperação com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e os Estados Membros;
- ✓ Promover a requalificação e manutenção das instalações e equipamentos;
- ✓ Divulgar o património histórico do Museu e Biblioteca;
- ✓ Promover a evolução e valorização dos recursos humanos;
- ✓ Aumentar a receita e reduzir a despesa;
- ✓ Promover a divulgação das suas atividades.

Na sua atividade pedagógica, a oferta formativa do IHMT integrou o novo curso de 3º ciclo em Genética Humana e Doenças Infeciosas e o 2º ciclo de Microbiologia Médica. Contaram-se 472 alunos inscritos no IHMT, sendo 162 de mestrado, 109 de doutoramento e 201 frequentaram cursos de curta duração. Foram ainda acolhidos 63 estagiários. Realizaram-se 36 provas públicas: 28 defesas de dissertação de 2º ciclo e 8 defesas de tese de Doutoramento em Ciências Biomédicas. No total de alunos de mestrado e doutoramento, 22% são alunos estrangeiros. Foram ainda durante este ano de 2013, atribuídos prémios aos alunos que se destacaram nas respetivas áreas de estudos.

No que se refere à Investigação Científica, o IHMT reorganizou as suas áreas prioritárias de investigação em três grupos - 1. Doenças transmitidas por vetores, 2. Tuberculose, VIH e oportunistas e 3. Populações,

políticas e serviços - e duas linhas transversais (1. Viajantes e migrantes e 2. Doenças emergentes e alterações ambientais). Contou com 48 docentes e investigadores a tempo integral (ETI) (19% estrangeiros), uma média de 1,3 projetos de investigação ativos por ETI (62 projetos em que 9, ou 15%, eram financiados pela União Europeia). Foram publicados cerca de 150 artigos, dos quais 114 em revistas indexadas no *ISI-WoS*, sendo 59% Q1 e 3 *highly cited papers*. O valor médio de fator de impacto foi de 2,9 com uma média de 2,4 publicações internacionais por ETI. Dois investigadores foram distinguidos com o Prémio de Mérito Científico Santander Totta – UNL e Medalhas de Honra L'Oréal para as Mulheres na Ciência.

Na Prestação de Serviços à Comunidade, o IHMT manteve a sua prestação de serviços especializados à comunidade, nomeadamente:

- ✓ Diagnóstico laboratorial de aplicação à clínica e de natureza sanitária, algumas de modo exclusivo em Portugal, como é o caso do laboratório de referência de leptospirose da *International Leptospirosis Society (ILS)/OMS*;
- ✓ Criação e utilização de pequenos roedores no seu Biotério, com alvará da Direção-Geral de Alimentação e Veterinária;
- ✓ Produção de vetores de agentes infecciosos causadores de doenças humanas;
- ✓ Missões de assessoria técnica no âmbito da CPLP;
- ✓ Atividades no âmbito do programa Ciência Viva, realização do Dia Aberto e interação com os *media*;
- ✓ Consultoria nacional e internacional.

No que se refere à gestão financeira do Instituto, apesar das dificuldades orçamentais, manteve-se uma situação equilibrada nas contas do IHMT, devido a uma gestão rigorosa e eficaz. Também contribuíram para este resultado, as inúmeras iniciativas na procura ativa de financiamento próprio e o espírito institucional na aplicação de mecanismos de poupança.

A auditoria interna efetuada às contas de 2013, resultou numa Certificação Legal de Contas sem reservas, emitida pela Nunes Cameira e Antunes Cabrera, SROC.

Apresenta-se neste documento uma análise económica, financeira e do património do Instituto, como complemento às demonstrações financeiras do ano de 2013, cumprindo o princípio da transparência das contas do IHMT assumido pela nossa gestão.

2. Análise de execução orçamental, financeira e patrimonial

As contas do IHMT são preparadas de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade Pública para o Setor da Educação (POC - Educação), aprovado pela Portaria n.º 794/2000, de 20 de setembro, assentes nos princípios de contabilidade pública geralmente aceites, cumprindo igualmente todas as exigências constantes das Instruções e Resoluções do Tribunal de Contas.

2.1. Análise de execução orçamental

2.1.1. Execução da receita e despesa global

A receita cobrada no ano de 2013 atingiu o montante de 7.622.676,75€, do qual 1.289.100,83€ de saldo de gerência anterior, correspondendo a 16,91% do total. As transferências do Orçamento de Estado (OE) representam 47,48%, as transferências de entidades financiadas pelo OE 17,81%, as transferências provenientes da União Europeia (UE) 3,60% e as receitas próprias 14,20% da receita total.

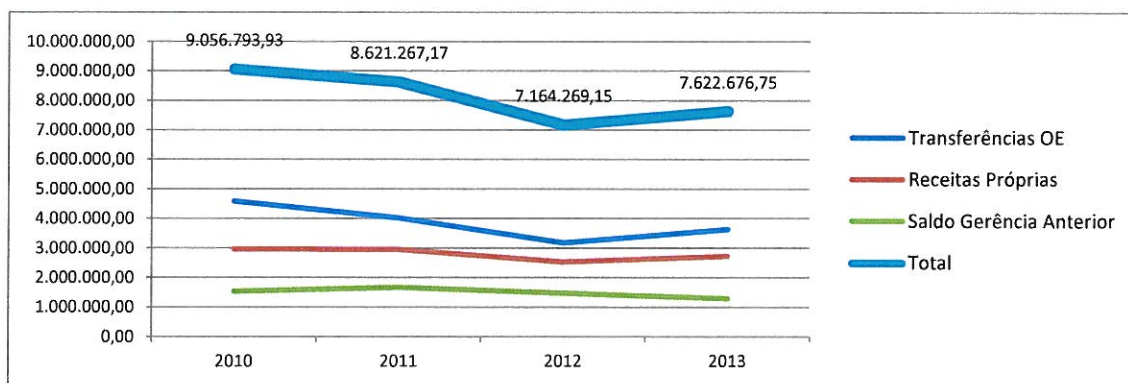


Gráfico 1 – Evolução da receita cobrada

Face ao ano anterior, verificou-se um aumento da receita total arrecadada de aproximadamente 6,40% (correspondendo a 458.407,60€), justificado pelo acréscimo de 25,70% das transferências de receitas gerais de organismos financiados pelo OE, com destaque para a Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P. (FCT) com um aumento na ordem dos 24,31%. As transferências provenientes do OE aumentaram em 14,21%, fundamentalmente devido à reposição dos subsídios de férias e natal e respetivos encargos sociais. Por sua vez, as transferências provenientes da UE decresceram em 22,84%. A integração do saldo de gerência anterior diminuiu 12,39%.

As despesas pagas no ano de 2013 atingiram o montante de 5.958.528,00€, do qual 32.039,27€ foram realizadas por saldo de gerência anterior. Da despesa total, as executadas por verbas provenientes do OE

correspondem a 60,56%, por transferências de entidades financiadas pelo OE a 20,42%, por transferências provenientes da UE a 3,58% e por receitas próprias a 14,90%.

Comparativamente a 2012, o total dos pagamentos aumentaram aproximadamente 1,42% (83.359,68€).

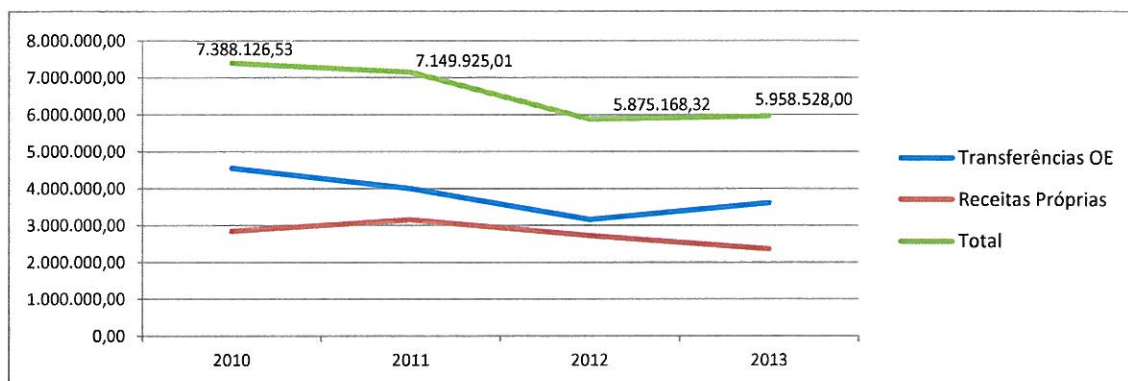


Gráfico 2 – Evolução das despesas pagas

2.1.2. Execução da receita e despesa: Orçamento de Estado

(em euros)					
DESIGNAÇÃO	2010	2011	2012	2013	Δ(11/10)% Δ(12/11)% Δ(13/12)%
1- Receitas correntes	4.559.018,00	3.994.628,00	3.149.123,00	3.599.347,00	
2- Receitas de capital	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	
3- Total (1+2)	4.579.018,00	4.014.628,00	3.169.123,00	3.619.347,00	-12,33 -21,06 14,21
4- Saldo gerência anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL GERAL (3+4)	4.579.018,00	4.014.628,00	3.169.123,00	3.619.347,00	

Quadro 1 – Evolução da execução da receita – OE

As transferências provenientes do OE passaram de 3.169.123,00€ para 3.619.347,00€, constatando-se um aumento de 450.224,00€ relativamente ao período homólogo. Este aumento é justificado pelo OE inicial para o ano 2013 ascender a 3.157.608,00€ (inferior ao OE de 2012 em 11.515,00€), situação esta que associada à reposição do pagamento dos subsídios de natal aos trabalhadores, concretizaram-se num reforço na ordem 225.619,00€; por sua vez o Ministério das Finanças, pela via da Direção-Geral do Orçamento (DGO) procedeu a uma redução direta nas dotações orçamentais na ordem dos 20.362,00€, traduzindo-se num OE corrigido de 3.362.865,00€. Por outro lado, consagraram-se reforços orçamentais para fazer face às alterações das taxas da entidade patronal sobre remunerações para a Caixa Geral de Aposentações (CGA) e para a Segurança Social (SS) no montante de 126.849,00€ e para suportar as despesas com subsídio de férias, na ordem dos 222.324,00€, após a decisão de inconstitucionalidade da suspensão dos mesmos por parte do Tribunal de Constitucional (TC).

Handwritten signature and initials in blue ink.

As cativações consagradas na Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, OE de 2013 ascenderam a 92.691,00€, correspondendo a 2,5% das dotações iniciais dos subagrupamentos 0101 – remunerações certas e permanentes perfazendo o montante de 70.391,00€ e a 10% das dotações iniciais das rubricas 020201 – Encargos das instalações e 020202 – Serviços de limpeza e higiene, num total de 22.300,00€, não podendo este ser requisitado, tendo ficado cativo na rubrica das transferências diretas do OE.

(em euros)

DESIGNAÇÃO	2010	%	2011	%	2012	%	2013	%	Δ(11/10)%	Δ(12/11)%	Δ(13/12)%
1- Despesas correntes	4.529.854,33		3.979.799,82		3.139.202,94		3.589.280,15		-12,14	-21,12	14,34
a)- Pessoal	3.792.447,30	83,72	3.337.316,03	83,86	2.644.498,45	84,24	3.218.755,77	89,68	-12,00	-20,76	21,72
b)- Outras despesas	737.407,03	16,28	642.483,79	16,14	494.704,49	15,76	370.524,38	10,32	-12,87	-23,00	-26,10
2- Despesas de capital	19.960,00		18.580,37		19.777,05		19.471,67		-6,91	6,44	-1,54
TOTAL GERAL (1+2)	4.549.814,33		3.998.380,19		3.158.979,99		3.608.751,82		-12,12	-20,99	14,24
Saldo gerência seg.	29.203,67		16.247,81		10.143,01		10.595,18		-44,36	-37,57	4,46

Quadro 2 – Evolução da execução da despesa – OE

Relativamente às despesas pagas, destacam-se as despesas com pessoal que representam cerca de 89,68% das despesas correntes efetuadas, verificando-se um aumento de 21,72% face ao ano de 2012. O aumento das mesmas resulta fundamentalmente da reposição do pagamento do subsídio de natal, na forma de duodécimos, e do fato do TC considerar inconstitucional a suspensão dos pagamentos dos subsídios de férias, estabelecido na Lei do OE de 2012, assistindo-se consequentemente ao aumento dos encargos com remunerações da entidade patronal. A par, verificou-se um acréscimo das taxas a cargo da entidade patronal para a SS e para a CGA para 23,75% e 20% respetivamente, face às praticadas no ano anterior de 22,30% e 15% respetivamente. Em julho de 2013, verificou-se um decréscimo de 1% da taxa de encargo da entidade patronal para a Direção-Geral da Proteção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública (ADSE), passando a ser de 1,5% sobre as remunerações.

Contribuíram ainda para a variação das despesas com pessoal:

- ✓ A contratação de um docente (Professor Auxiliar Convitado);
- ✓ O regresso de licença sem vencimento de um docente (Professor Associado);
- ✓ O regresso de um docente (Professor Auxiliar) após seis meses de trabalho prestado em organismo internacional;
- ✓ A saída por aposentação de um Assistente Operacional.

As verbas do OE permitiram pagar a quase totalidade das remunerações e outros abonos do pessoal «permanente», bem como os respetivos encargos sociais da entidade patronal, exceto o montante de 32.039,27€ referente a parte dos encargos da entidade patronal para a CGA do processamento de vencimentos de novembro e dezembro, efetuados através do saldo de gerência anterior de receitas próprias.



Gráfico 3 – Distribuição das despesas correntes executadas pelo OE

Para além das despesas com pessoal, as transferências diretas do OE financiaram em parte as estruturas básicas de apoio às atividades do Instituto, nomeadamente os fornecimentos de água e eletricidade (134.438,00€), os serviços de limpeza (45.900,00€), os serviços de segurança e vigilância (92.102,40€), os serviços de manutenção e assistência técnica do equipamento informático, administrativo e básico (73.858,91€), os serviços de licenciamento de *software* da *Microsoft Campus Agreement Education* e do antivírus ESET (11.292,56€), a formação de recursos humanos (4.796,00€), os serviços de aluguer de garrafas industriais e fornecimento de gases puros (2.705,73€) e outras despesas correntes (5.426,82€). Reportou-se para as receitas próprias e para as transferências de entidades financiadas pelo OE e UE o financiamento da atividade propriamente dita.

A redução de 25,10% das despesas de funcionamento deveu-se essencialmente à afetação de parte da despesa executada no ano anterior pelo OE para o orçamento de receitas próprias. No entanto, destacam-se os esforços desenvolvidos com o objetivo de redução de custos estruturais, nomeadamente na revisão de contratos, veja-se por exemplo, a negociação de preço contratual dos serviços de vigilância e segurança reduziu em cerca de 4% o encargo mensal, traduzindo-se numa poupança anual de 3.860,88€, a acrescer à redução de 10% já efetuada em 2012; assim como a otimização dos contratos de ECOPASS (aluguer de garrafas de gás), com o intuito de rentabilizar o *stock* de garrafas, com expressão no contrato anual de aproximadamente 5,14%. A implementação de instrumentos de gestão mais eficazes possibilitaram otimizar recursos, como por exemplo, a reparação do equipamento indispensável à compensação da energia reativa (bateria de condensadores), que nos permitiu uma poupança significativa face ao ano anterior, reduzindo os consumos para valores mínimos, ascendendo em 2012 a 15.048,87€ e em 2013 a 501,05€.

O investimento realizado em 2013 ascendeu o montante de 19.471,67€, justificado pelas aquisições de *hardware* e *software* informático (11.012,33€), equipamento administrativo (5.842,62€) e outros (2.616,72€), de forma a colmatar as necessidades da Instituição provenientes do fim de vida de equipamento avariado ou obsoleto.

2.1.3. Execução da receita e despesa: receitas próprias

(em euros)

DESIGNAÇÃO	2010	2011	2012	2013	Δ(11/10)%	Δ(12/11)%	Δ(13/12)%
Propinas e outras taxas	237.072,45	533.146,68	604.469,28	736.936,12	124,89	13,38	21,91
Bens e serviços	414.843,74	390.773,48	266.694,32	292.899,94	-5,80	-31,75	9,83
Transferências	2.304.446,67	2.007.913,70	1.586.953,50	1.683.792,76	-12,87	-20,97	6,10
Outras receitas	775,00	6.137,91	65.686,89	600,10	691,99	970,18	-99,09
1- Total	2.957.137,86	2.937.971,77	2.523.803,99	2.714.228,92	-0,65	-14,10	7,55
2- Saldo da gerência anterior	1.520.638,07	1.668.667,40	1.471.342,16	1.289.100,83			
TOTAL GERAL (1+2)	4.477.775,93	4.606.639,17	3.995.146,15	4.003.329,75	2,88	-13,27	0,20

Quadro 3 – Evolução da execução da receita – receitas próprias

As receitas cobradas provenientes de receitas próprias e de transferências efetuadas por organismos financiados pelo OE e pela UE cresceram 7,55% face ao ano anterior. Essencialmente a receita arrecadada, advém de transferências correntes e de capital (42,06%), de propinas e outras taxas (18,41%), assumindo pouca expressão a venda de bens e serviços correntes (7,32%). O saldo de gerência anterior representa 32,20% do total.

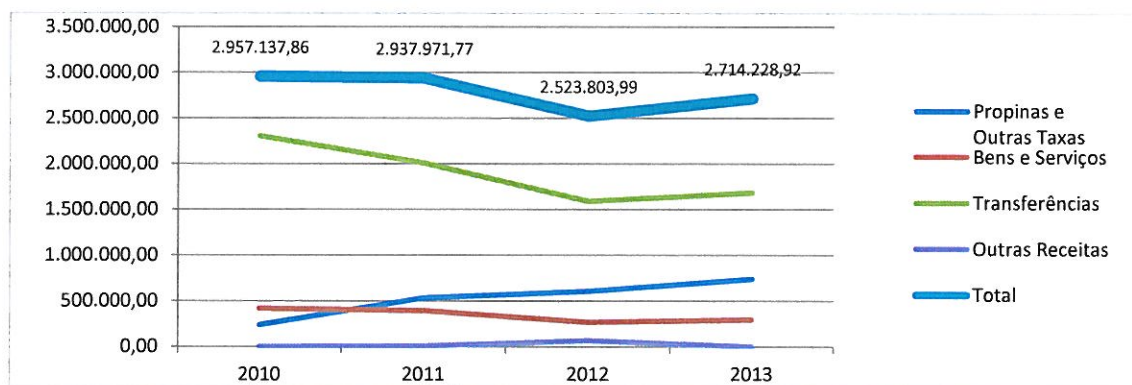


Gráfico 4 – Evolução dos recebimentos de receitas próprias

Os recebimentos de propinas de 2º e 3º ciclo ascenderam o montante de 421.916,57€, espelhando um aumento de 30,30% face a 2012, fruto da campanha de divulgação e *marketing* iniciada em 2011, com o intuito de promover ativamente a oferta de cursos ministrados no IHMT. Consagraram-se novas edições de cursos conferentes de grau e iniciou-se a 1ª edição do doutoramento em Genética Humana e Doenças Infeciosas, em parceria com a Faculdade de Ciências Médicas (FCM) da Universidade Nova de Lisboa, traduzindo-se assim num acréscimo de alunos inscritos face ao ano letivo anterior.

Destaca-se que a atual edição do mestrado em Microbiologia Médica, partilhado pelas unidades orgânicas da UNL, nomeadamente Instituto de Tecnologia Química e Biológica (ITQB), Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) e Faculdade de Ciências Médicas (FCM), é administrativamente gerida pelo IHMT. Neste

âmbito arrecadou-se 30.245,55€ de propinas, sendo a redistribuição da verba da responsabilidade da coordenação do curso, dos quais 15.337,20€ pertencem ao IHMT, 14.662,80€ às unidades orgânicas parceiras valor este que está a empolar o valor total dos recebimentos de propinas, e os restantes 245,55€ correspondem a propinas já recebidas por conta do próximo ano letivo.

Por sua vez, a FCT procedeu à transferência de propinas, referente a alunos que beneficiam de bolsas de 2012 pela frequência no programa de doutoramentos do IHMT, no montante de 30.250,00€.

Importa por fim evidenciar que no final do ano, as dívidas de propinas de alunos com antiguidade superior a um ano ascendiam a 4.550,00€, sendo 1.800,00€ de mestrado e 2.750,00€ de doutoramento.

Em 2013, os recebimentos derivados do serviço de vacinação aos viajantes ascenderam a 302.232,05€, correspondendo a um crescimento de aproximadamente 11,36% face ao período análogo, sendo vários os fatores que contribuíram para este aumento, nomeadamente:

- ✓ Aumento do número de inoculações da vacina contra a febre-amarela;
- ✓ Incremento de receita proveniente das taxas cobradas nas vacinas até então cedidas pela Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARSLVT);
- ✓ Ajustamento no valor das taxas de vacinação contra a meningite meningocócica e encefalite japonesa;
- ✓ Introdução da vacina inativada contra a raiva.

Neste âmbito, interessa referir que, durante o ano de 2012, as vacinas foram gratuitamente cedidas pela ARSLVT, pelo que o Instituto cobrava aos seus utentes, pela inoculação de vacinas, apenas as taxas sanitárias consagradas na Portaria n.º 260-A/2011, de 5 de agosto. As vacinas especificamente contempladas no Plano Nacional de Vacinação (PNV), nomeadamente a vacina contra tétano/difteria e a vacina contra poliomielite eram administradas mediante o pagamento do serviço de enfermagem. A partir de 2013, todas as vacinas passaram a ser adquiridas diretamente no mercado, aos laboratórios autorizados pela Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I.P. (INFARMED). Esta alteração, no modo de aquisição das vacinas, traduziu-se consequentemente na necessidade de atualizar o valor das taxas sanitárias cobradas. Assim, optou-se por ajustar o valor da taxa aos preços de custo das vacinas, sempre que estes fossem superiores aos valores constantes na Portaria.

De referir ainda, que no global o número de inoculações decresceu face a 2012, devido a pontuais ruturas de *stocks*, ocorridas ao longo do ano por parte do distribuidor condicionando nesse período a vacinação aos utentes da Consulta do Viajante ADMT (Associação para o Desenvolvimento da Medicina Tropical).

(em euros)

DESIGNAÇÃO	2010	2011	2012	2013	Δ(11/10)%	Δ(12/11)%	Δ(13/12)%
Consulta	4.113,00	861,00	990,00	585,00	-79,07	14,98	-40,91
Análises clínicas:							
Hospitais/Centros Hospitalares	59.078,97	130.993,34	52.957,72	46.740,41	121,73	-59,57	-11,74
Utentes	14.589,06	19.859,91	14.376,97	32.078,58	36,13	-27,61	123,12
Estudos, pareceres e projetos	50.121,29	57.932,40	17.820,61	62.980,77	15,58	-69,24	253,42
Outros bens e serviços	286.941,42	181.126,83	180.549,02	150.515,18	-36,88	-0,32	-16,63
TOTAL GERAL	414.843,74	390.773,48	266.694,32	292.899,94	-5,80	-31,75	9,83

Quadro 4 – Evolução da execução da receita – Prestações de serviços

No que respeita a recebimentos provenientes de serviços de análises clínicas a hospitais e centros hospitalares, verificou-se a tendência do ano transato, e assistiu-se ao decréscimo de aproximadamente 11,74%. No que se refere a dívidas de anos anteriores, arrecadou-se apenas o montante de 29.582,81€ do total da dívida de 75.132,37€, embora tenham sido promovidas as diligências necessárias junto dos Conselhos de Administração dos hospitais e centros hospitalares com o objetivo de recuperar os créditos e/ou apresentação de um plano de regularização da dívida.

No corrente ano, a receita liquidada ascendeu a 76.652,86€, tendo sido recebida somente a quantia de 17.157,60€, isto apesar das unidades de saúde estarem sujeitos à Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro que consagra as regras aplicáveis à assunção dos compromissos e pagamentos em atraso das entidades públicas. De acordo com a Lei, as instituições só poderão assumir compromissos que não excedam os seus fundos disponíveis e efetuar os pagamentos num período máximo de 90 dias, após a emissão das faturas.

IDENTIFICAÇÃO	MONTANTE
Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E	47.441,68 €
Centro Hospitalar Lisboa Norte, EPE	11.821,15 €
Centro Hospitalar de Setúbal, EPE	10.528,19 €
Hospital de Santo Espírito de Angra do Heroísmo, EPE	7.920,00 €
Centro Hospitalar Barreiro Montijo EPE	5.675,60 €
Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada, EPE	4.950,00 €
Instituto Português de Oncologia de Lisboa Francisco Gentil, EPE	3.867,50 €
Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, EPE	3.555,50 €
Centro Hospitalar de Lisboa Central, EPE	3.181,38 €
Hospital Garcia de Orta, EPE	1.983,32 €
Hospital do Espírito Santo de Évora, EPE	1.822,00 €
Hospital Distrital de Santarém, EPE	1.174,00 €
Hospital Fernando da Fonseca, E.P.E.	275,00 €
Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, EPE	250,00 €
Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, EPE	205,00 €
Hospital das Forças Armadas - Polo de Lisboa	183,00 €
SGHL - Sociedade Gestora do Hospital de Loures, SA	85,00 €
Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio, EPE	56,50 €
DG Reinserção e Serviços Prisionais - Hosp. Prisional S. João Deus	40,00 €
Hospital Distrital da Figueira da Foz, EPE	30,00 €
TOTAL GERAL	105.044,82 €

Quadro 5 – Detalhe das dívidas de hospitais e centros hospitalares

Por sua vez, a receita gerada com análises clínicas a utentes aumentou significativamente, totalizando o montante de 32.078,58€, correspondendo a um crescimento de 123,12%, face ao ano anterior. Este incremento deveu-se ao aumento do número de análises efetuadas, designadamente de malária e dengue. Em 2013, verificou-se um acréscimo no número de consultas de Medicina Tropical prestadas pela ADMT, resultado de uma maior capacidade instalada, originando um aumento na prescrição de análises clínicas. Paralelamente, o número de utentes enviados pela Consulta Externa da Unidade de Doenças Infeciosas do Hospital de Egas Moniz com prescrição médica de análises, também aumentou. Acresce que, a partir de abril, em consequência de um surto de dengue em Angola, aumentou o número de doentes com esta patologia observados nas consultas referidas.

Salienta-se a verba recebida da ADMT no âmbito da cedência do espaço destinado às consultas externas, bem como o direito à sua exploração na ordem dos 61.500,00€; o montante de 23.948,10€ provenientes do aluguer da aula magna, das salas de aula e do espaço ocupado pelo Departamento de Genética à FCM; o montante de 7.380,00€ resultantes da concessão de exploração anual da cantina à Litoalentejo, Lda; assim como a receita proveniente da utilização do estacionamento, na ordem dos 16.690,00€.

Destacam-se também as receitas geradas resultantes de estudos, pareceres, projetos e consultadoria na ordem do 62.980,77€, assim como a proveniente de estágios de formação no âmbito da atividade de investigação no valor de 9.170,00€.

Arrecadaram-se patrocínios no valor de 16.305,00€ destinados ao «2º Congresso Nacional de Medicina Tropical» (15.075,00€) e ao «1º Encontro Ibero-Americano e dos Países de Língua Oficial Portuguesa» (1.230,00€).

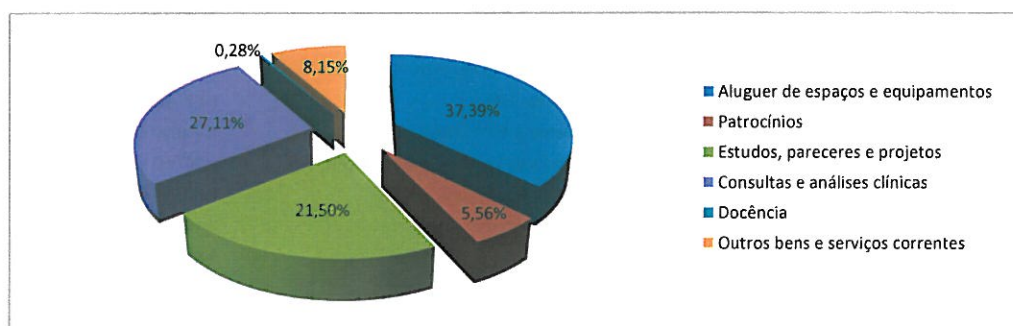


Gráfico 5 – Recebimentos de receitas próprias correntes e capital, por natureza

Os recebimentos de transferências correntes e de capital cresceram face ao período análogo cerca de 6,10%, correspondendo a um encaixe na ordem dos 96.839,26€.

DESIGNAÇÃO	(em euros)			
	2010	2011	2012	2013
Administração Central do Estado	47.983,78	22.385,13	0,00	10.000,00
Serviços e Fundos Autónomos				
Faculdade de Farmácia UL	7.466,00	19.067,20	0,00	40.663,73
Faculdade de Medicina Veterinária UTL	0,00	0,00	9.178,95	4.854,60
Fundação p/ Ciência e Tecnologia	1.214.780,41	884.810,69	1.019.637,62	1.267.555,25
Instituto de Investigação Científica e Tropical	23.226,70	3.600,00	21.026,70	14.388,80
Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge	0,00	0,00	12.000,00	0,00
Instituto Superior de Agronomia UTL	0,00	0,00	0,00	8.926,20
Instituto Superior Técnico UTL	3.000,00	0,00	0,00	1.742,89
Universidade do Algarve (Centro de Ciências do Mar)	0,00	0,00	0,00	9.642,33
Universidade do Minho	0,00	0,00	6.213,60	0,00
Outros	13.057,29	2.320,11	12.103,95	0,00
Instituições privadas e sem fins lucrativos				
ADEM - Ass. p/ Desenvolvimento Ensino e Inv. Microbiologia	0,00	0,00	8.746,40	15.966,68
Alto Comissariado da Saúde	82.500,00	15.000,00	0,00	0,00
Ciência Viva - Agência Nacional p/Cultura Científica e Tecnológica	0,00	0,00	0,00	11.417,29
Faculdade de Ciências UP	12.000,00	12.000,00	0,00	4.368,59
FLAD - Fundação Luso-Americana p/ Desenvolvimento	0,00	0,00	15.980,00	0,00
Fundação Calouste Gulbenkian	50.010,00	57.610,00	87.053,00	7.600,00
Fundação da Faculdade de Ciências e Tecnologia UNL	15.318,60	14.589,00	0,00	1.741,64
Fundação da Faculdade de Ciências UL	26.208,00	5.940,00	5.940,00	0,00
GAT - Grupo Português de Activistas s/ Tratamentos de VIH/SIDA	0,00	0,00	0,00	3.451,20
Outros	20.641,70	12.490,60	13.020,62	7.500,00
Exterior				
União Europeia	786.254,19	804.650,97	355.084,38	273.973,56
Outros	2.000,00	153.450,00	20.968,28	0,00
TOTAL	2.304.446,67	2.007.913,70	1.586.953,50	1.683.792,76

Quadro 6 – Detalhe das transferências de receita correntes e de capital

Comparativamente ao ano anterior as transferências da FCT aumentaram em aproximadamente 24,31%, em contrapartida, as provenientes da UE diminuíram em cerca 22,84%. Contrariamente ao ocorrido em 2012, a FCT efetuou regularmente ao longo do ano, as transferências relativas aos reembolsos dos pedidos de pagamento validados.

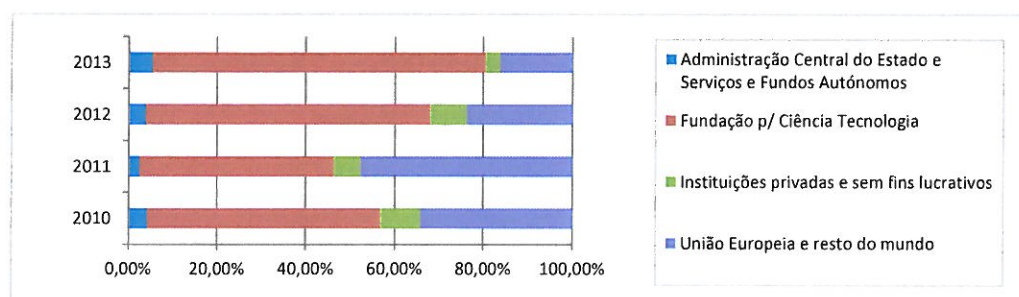


Gráfico 6 – Evolução das transferências correntes e de capital

A FCT continua a ter um peso significativo no financiamento da atividade de investigação desenvolvida, representando 75,28% das transferências totais, assim como a UE representando 16,27% das

transferências totais. As receitas com origem em Serviços da Administração Central do Estado, assim como Serviços e Fundos Autónomos, excluindo FCT, ascenderam a 90.218,55€, correspondendo a 5,36% das transferências totais, constatando-se um acréscimo de 49,06% face a 2012. Por sua vez, as transferências provenientes de instituições privadas e de instituições sem fins lucrativos cifraram-se em 52.045,40€, representando 3,09% das transferências totais, verificando-se um decréscimo de 60,19% face ao ano anterior, com especial relevância as provenientes da Fundação Calouste Gulbenkian (FCG).

De realçar que o decréscimo de outras receitas, deve-se ao fato de no ano anterior ter sido contabilizada a quantia de 63.859,72€, referente à devolução da CGA de parte do valor pago em 2009 da remissão de uma pensão por acidente em serviço.

(em euros)

DESIGNAÇÃO	2010	%	2011	%	2012	%	2013	%	$\Delta(11/10)\%$	$\Delta(12/11)\%$	$\Delta(13/12)\%$
1- Despesas correntes	2.591.771,59		2.821.313,44		2.564.646,70		2.294.328,89		8,86	-9,10	-10,54
a)- Pessoal	1.107.305,59	42,72	1.029.438,08	36,49	947.411,25	36,94	760.836,09	33,6	-7,03	-7,97	-19,69
b)- Outras despesas	1.484.466,00	57,28	1.791.875,36	63,51	1.617.235,45	63,06	1.533.492,80	66,84	20,71	-9,75	-5,18
2- Despesas de capital	246.540,61		330.231,38		151.541,63		55.447,29		33,95	-54,11	-63,41
TOTAL GERAL (1+2)	2.838.312,20		3.151.544,82		2.716.188,33		2.349.776,18		11,04	-13,81	-13,49

Quadro 7 – Evolução da execução da despesa – receitas próprias

As despesas efetuadas por receitas próprias mantêm a autossustentabilidade das atividades. O ensino pós-graduado é financiado pelas propinas e demais emolumentos; a investigação é financiada por concursos públicos competitivos e por outros financiamentos, tais como subsídios e donativos; a prestação de serviços à comunidade é financiada pelas taxas de vacinação, pelas receitas das análises clínicas entre outras diretamente relacionadas com esta atividade.

Observa-se uma redução das despesas com pessoal de 186.575,16€, relativamente ao ano anterior, reflexo da caducidade dos contratos de dois investigadores contratados através do programa «Contratação de Doutorandos para o Sistema Científico e Tecnológico», Ciência 2007 e 2008, da caducidade de quatro contratos financiados por projetos da UE, cerca de 65.165,25€ e 71.683,16€, respetivamente, a par de um decréscimo das despesas com pessoal por receitas próprias, de aproximadamente 49.726,75€ relativamente ao período homólogo.

As outras despesas correntes decresceram cerca de 5,18% face ao ano anterior e representam aproximadamente 65,26% das despesas totais financiadas por receitas próprias.

À semelhança do ano anterior, houve necessidade de transferir parte dos encargos com estruturas básicas de apoio às atividades para o orçamento de receitas próprias, nomeadamente, fornecimentos de água e eletricidade na ordem dos 28.820,03€; fornecimento de gás do Biotério e do edifício Principal no valor de 15.560,01€; assistência técnica ao *software* de gestão académica no valor total de 7.477,30€; a assistência

técnica a máquinas multifuncionais no montante total de 1.338,03€, assim como a totalidade dos encargos com comunicações – fixas de voz, dados, móveis e outras – valorizados em 37.694,39€.

Relativamente às comunicações móveis salienta-se a redução dos encargos anuais em aproximadamente 25,67% face ao ano anterior, em parte devido à substituição dos serviços GSM da Vodafone pelos serviços VOIP@RCTS.

Importa referir ainda, que até finais do ano 2012, não existiam quaisquer custos com aquisição de vacinas, pois as mesmas eram cedidas pela ARSLVT e a inversão desta prática acarretou custos para o IHMT no total de 167.583,14€.

Paralelamente, os custos com a aquisição de matérias-primas e subsidiárias, diretamente relacionados com as principais atividades da instituição, nomeadamente reagentes e consumíveis laboratoriais, aumentaram em cerca de 34,16% face ao ano anterior.

As despesas com publicidade aumentaram cerca 84,08% comparativamente a 2012, justificadas por um lado, pela continuidade da estratégia de comunicação com um custo total de 4.381,26€, com o objetivo de promover as atividades do IHMT, e por outro, motivado pela publicação de artigos científicos, com valores a ascender os 16.049,43€. Os custos com concursos de pessoal e outros, assumiram o valor residual de 665,67€.

De forma global, as transferências correntes sofreram um acréscimo pouco significativo, porém importa enfatizar que as efetuadas no âmbito de bolsas de investigação ascenderam a 221.138,08€, refletindo um aumento de aproximadamente 13,77% face ao ano anterior.

A par, comparativamente ao período análogo assistiu-se a uma redução significativa nas despesas com conservação e reparação de bens em cerca de 67,11%. Em 2013, optou-se por se efetuar apenas pequenas obras de reparação e manutenção do edifício Principal e Biotério.

As despesas com a aquisição de material de escritório e consumíveis de informática reduziram-se em aproximadamente 48,10%, como consequência do processo de substituição de impressoras individuais, por máquinas multifuncionais de rede partilhadas, iniciado no ano transato.

Finalmente, os investimentos de capital diminuíram em cerca de 63,41%, contabilizando-se despesas na ordem dos 55.447,29€, correspondendo a 25.121,47€ de receitas próprias e o remanescente a verbas provenientes de receitas gerais no âmbito de projetos de investigação, assim como da UE, destinados nomeadamente a aquisição de *software* (7.095,57€), *hardware* informático (6.031,35€), equipamento administrativo (658,01€), básico (38.138,61€), entre outros (3.523,75€).

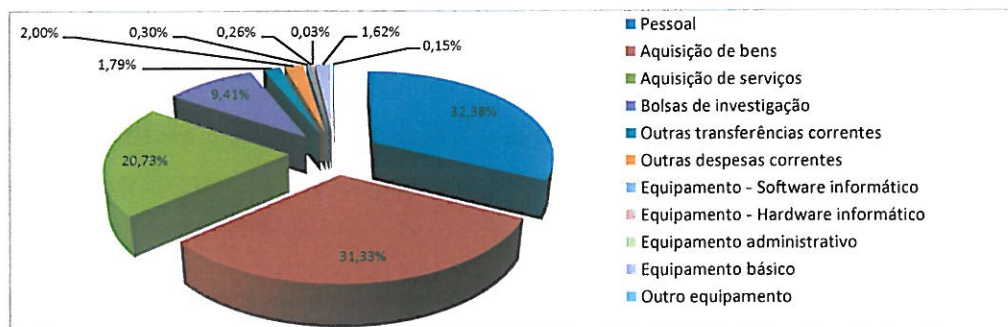


Gráfico 7 – Pagamentos de receitas próprias correntes e capital, por natureza

2.2. Análise da situação financeira e patrimonial

2.2.1. Balanço

À data de encerramento, o total do ativo líquido ascende a 5.112.665,38€ e o total do passivo a 2.403.135,02€, sendo os Fundos Próprios de 2.709.530,36€ (incluindo o resultado líquido positivo do exercício de 294.693,90€).

O imobilizado corpóreo e incorpóreo bruto atinge o valor de 7.455.693,21€, ao qual correspondem 4.713.920,58€ de amortizações. Os aumentos de ativo bruto ascenderam a 74.918,96€ e os abates traduziram-se numa redução de 36.241,70€.

Independentemente da avaliação efetuada pela *Colliers P&I* a todos os imóveis da administração do Instituto optou-se por não se proceder ao registo contabilístico até à conclusão do processo de transferência para a titularidade da UNL. O registo contabilístico da reavaliação destes imóveis encontra-se, também, condicionado ao termo deste processo. No que respeita aos restantes imóveis afetos à atividade, designadamente o terreno, o edifício Principal, o edifício do Canil e o edifício dos Macacos, não integram ainda o património da UNL. Exceciona-se o edifício do Biotério, uma vez que a sua construção foi efetuada mediante verbas PIDDAC.

Relativamente ao ativo circulante, as existências finais em armazém valorizam-se em 29.451,86€. De salientar que os materiais de laboratório e reagentes, adquiridos diretamente para as unidades de ensino e investigação, encontram-se contabilizados como consumos na data da respetiva aquisição, dado que a maior parte destas aquisições são para consumo imediato.

As dívidas de terceiros ascendem a 334.425,68€, correspondendo maioritariamente a fundos próprios, pois o montante de fundos alheios é de apenas 30,00€. As propinas de mestrados e doutoramentos referentes ao ano letivo 2013/14 foram faturadas e contabilizadas na sua totalidade no ato da matrícula.

O Regulamento de Propinas do IHMT consagra a obrigatoriedade de liquidação de 50% das mesmas no ato da matrícula, e o remanescente no ano seguinte, justificando assim que as dívidas de alunos ascendam a 198.241,93€, sendo que 4.550,00€ correspondem a créditos de cobrança duvidosa.

A provisão para créditos de cobrança duvidosa foi reduzida em 3.173,32€, justificada pelo recebimento de 161,50€ por parte do Centro Hospitalar de Lisboa Central, E.P.E. e pelo fato de tendo decorrido um período superior a dois anos em mora, considerarem-se totalmente provisionados créditos no montante de 3.011,82€. Reforçou-se a provisão para créditos de cobrança duvidosa em mora há mais de um ano para hospitais e centros hospitalares em 27.843,32€, alunos em 1.800,00€ e outros clientes em 2.399,42€, totalizando 32.042,74€.

O saldo de disponibilidades decompõe-se em 1.042,45€ de valores de caixa, em 824.848,32€ de depósitos na banca comercial e 918.682,21€ de depósitos no IGCP – Agência da Tesouraria e da Dívida Pública.

Contabilizaram-se acréscimos de proveitos na ordem dos 326.969,31€ no âmbito de financiamentos de projetos que se prevê as respetivas transferências no exercício seguinte, mas cujos custos já foram despendidos.

No que respeita ao passivo, as dívidas a terceiros ascendem a 93.115,40€, correspondendo integralmente a despesa de fundos alheios, nomeadamente a quantia de 14.794,80€ referente ao IVA dos meses de novembro e dezembro; as quantias de 52.314,70€ e 23.706,18€ dizem respeito, respetivamente, a contribuições para a SS e CGA provenientes do processamento de vencimentos de dezembro; o montante de 555,34€ reporta a cauções de fornecedores e o montante de 1.744,38€ compreende verbas de instituições parceiras no âmbito de projetos de investigação e propinas recebidas indevidamente.

A rubrica de acréscimos de custos no montante de 525.438,86€ espelha a estimativa apurada com as remunerações de férias, subsídio de férias e encargos da entidade patronal a liquidar no exercício seguinte. A rubrica de proveitos diferidos ascende a 1.784.580,76€, compreende o montante de 224.614,71€ de propinas de 2º e 3º ciclo, o montante de 350.342,50€ de projetos de investigação e o montante de 1.209.623,55€ referente a subsídios para investimentos.

2.2.2. Demonstração de resultados por natureza

Os custos e perdas totais ascendem a 6.386.722,43€ e o total dos proveitos ascendem a 6.681.416,33€, pelo que o exercício foi encerrado com um resultado líquido positivo no valor de 294.693,90€.

O resultado líquido do exercício positivo justifica-se essencialmente pelos resultados operacionais (308.152,80€), resultantes de uma redução dos custos de aproximadamente 1,40% e um crescimento dos

proveitos de cerca de 4,71%; os resultados financeiros foram negativos em 7.345,10€, assim como os resultados extraordinários em 6.113,80€.

Os custos e perdas operacionais do exercício ascendem a 6.088.651,30€, correspondendo 65,38% a custos com pessoal; 25,63% a custos com fornecimentos e serviços externos; 4,37% a custos com transferências correntes concedidas e prestações sociais; 4,17% a custos com amortizações e provisões do exercício, 0,28% ao custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas e 0,17% a outros custos operacionais.

Face ao período análogo, destaca-se a redução do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas em aproximadamente 44,82%; a diminuição dos custos com fornecimentos e serviços externos na ordem dos 10,59%, com principal justificação na redução de custos com trabalhos especializados, conservação e reparação, deslocações e estadas, comunicações e eletricidade; assim como a diminuição dos custos com amortizações e provisões do exercício em cerca de 7,32%. Contrariamente, os custos com pessoal aumentaram em cerca de 3,15%, justificados maioritariamente pelos custos com subsídio de férias e natal e respetivos encargos para a entidade patronal. Os custos contabilizados em transferências correntes concedidas e prestações sociais cresceram em cerca de 1,89%, sendo os custos com bolsas de investigação o principal impulsionador.

Os proveitos e ganhos operacionais do exercício ascendem a 6.396.804,10€, dos quais 83,49% respeitam a proveitos associados a transferências e subsídios correntes obtidos; 12,04% a proveitos provenientes de impostos e taxas; 3,67% a proveitos de vendas e prestações de serviços e 0,80% a proveitos suplementares.

Face ao ano anterior, salienta-se o aumento dos proveitos reconhecidos com propinas e outros emolumentos, assim como com as taxas de vacinação, em aproximadamente 22,60%; o acréscimo na ordem de 22,22% proveniente de proveitos suplementares, nomeadamente do aluguer de instalações; o aumento de aproximadamente 11,08% nos ganhos com prestações de serviços, assumindo maior relevância a realização de análises clínicas.

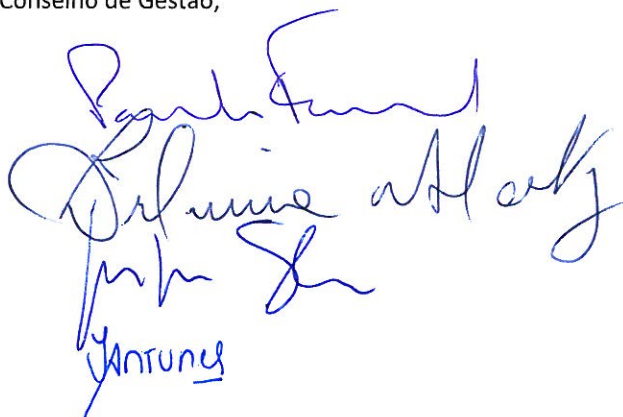
Os proveitos contabilizados com transferências correntes provenientes do OE aumentaram em 14,30% face ao ano anterior, com o objetivo primordial suportar as despesas com subsídio de natal e subsídio de férias, após a decisão de inconstitucionalidade da suspensão dos mesmos por parte do TC. Contrariamente, os proveitos e ganhos associados a outras transferências e subsídios correntes decresceram em 16,21%, justificados principalmente pela diminuição das transferências recebidas da UE e de instituições sem fins lucrativos.

3. Perspetivas

O Conselho de Gestão definiu para o ano de 2014 os seguintes objetivos estratégicos:

- ✓ Alinhar os enfoques da investigação nas áreas de excelência do IHMT-UNL;
- ✓ Assegurar a qualidade no ensino e direcionar a oferta pedagógica para mercados específicos;
- ✓ Alinhar a cooperação com o desenvolvimento das instituições dos países lusófonos;
- ✓ Promover a evolução e valorização dos recursos humanos;
- ✓ Promover a requalificação e manutenção das instalações e equipamentos;
- ✓ Aumentar a notoriedade do património histórico do Museu e Biblioteca;
- ✓ Criar condições de sustentabilidade financeira;
- ✓ Reforçar os meios de comunicação interna.

O Conselho de Gestão,



António

